

DIRETRIZES CURRICULARES – DEZ ANOS

Prof. Dr. Carlos Cecy,
Presidente da Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico e Bioquímico (Abenfarbio).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Farmácia, aprovadas, em 2001, e oficialmente publicadas, em 2002, são marcadas fundamentalmente por duas situações inovadoras: estabelecem que o diploma a ser conferido ao egresso será de farmacêutico e que a formação terá caráter “generalista”. Se analisarmos com atenção, estas duas mudanças vieram atender antigos anseios da profissão, porquanto permitiu a recuperação da denominação original do profissional farmacêutico e simplificar uma subdivisão curricular que, nos tempos atuais, já não se justificava.

Com respeito à denominação do formando, estava ocorrendo um desvirtuamento da mesma, pois grande parte de colegas preferia denominar-se *bioquímicos*, em detrimento da verdadeira profissão que havia abraçado: a Farmácia. Tal hábito estava sendo assimilado, também, pela sociedade que, sem saber a real denominação do profissional, usava a que parecia dar mais *status* social. Portanto, foi salutar a mudança ocorrida, pois veio recuperar a denominação milenar da profissão farmacêutica.

Outro aspecto que sofreu mudança profunda foi a matriz curricular. Antes dividida em habilitações, hoje, constituindo um currículo integrado, caracterizado pela formação “generalista”.

É preciso relembrar que essa subdivisão curricular iniciou-se na Reforma Curricular proposta pelo Parecer nº 268/62, do Conselho Federal de Educação, cuja implantação iniciou-se, em 1963. Até aquela época, o curso não apresentava subdivisão e o profissional formava-se em três ou quatro anos, num currículo integrado, ficando apto ao exercício de todas as atividades garantidas ao farmacêutico.

A reforma referida, baseada numa visão tecnicista, objetivava atender às múltiplas tarefas reservadas aos profissionais da Farmácia e era pautada na crença de quanto mais especializado, mais competente será o profissional. Assim, o curso passou a ter a seguinte estrutura: 1) Uma parte profissional básica, com três anos, que graduava o

farmacêutico, e 2) Uma parte profissional opcional, com mais um ano de estudos, que levava à formação do farmacêutico-bioquímico.

Neste caso, eram-lhe oferecidas quatro habilitações, embora o nome da graduação fosse sempre o mesmo - farmacêutico-bioquímico: 1) Indústria farmacêutica e de alimentos; 2) controle de medicamentos e análise de alimentos; 3) química terapêutica; e 4) laboratório de saúde pública.

Em 1969, houve nova mudança curricular, também, dentro de uma visão tecnicista, quando se reduziram para três o número das habilitações e se criou a denominação de farmacêutico-industrial, além da de farmacêutico-bioquímico, já existente. A justificativa dessa mudança baseava-se na pouca procura do curso e no mal preparo dos profissionais formados, especialmente, para a área industrial.

Nessa época, a classe farmacêutica já reivindicava um currículo integrado, porém, face aos reclamos das Faculdades sobre o alto custo aluno-ano e da indústria farmacêutica, que exigia um profissional mais qualificado, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 4/69, manteve a subdivisão curricular, embora levemente simplificada.

Após 40 anos da criação das habilitações e do adjetivo farmacêutico-bioquímico, uma nova mudança anuncia-se para os cursos de Farmácia. Desta vez, não foi sugerida por nenhum segmento social ou profissional. Como sinal de novos tempos, em 1996, o Governo sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9394, datada de 20/12/1996, que veio dar novos rumos à educação brasileira como um todo.

Esse instrumento legal teve sua inspiração nas transformações do mundo moderno, notadamente pelos seus novos paradigmas: a globalização, o liberalismo e a chegada da era do conhecimento. Achou o Conselho Nacional de Educação que era hora de acabar com a camisa de força que se impunha ao ensino superior, há muito tempo, engessado pelos currículos mínimos.





Por que não permitir-se que as instituições de ensino procedessem à estruturação dos seus currículos? Por que não lhes dar mais liberdade na escolha das matérias que devem caracterizar o perfil dos seus graduandos? Tais questionamentos deram origem ao conceito de Diretrizes Curriculares, que devem ser entendidas como orientações a serem seguidas pelas instituições de ensino superior.

As diferenças entre as duas situações merecem comentários. O currículo mínimo visava a garantir a uniformidade de conteúdos, com o objetivo de facilitar transferências e padronizar a formação. Caracterizava-se pela excessiva rigidez, com diminuição da margem de liberdade concedida às IES para organizar suas atividades de ensino.

Diante disso, eram mais ou menos uniformes as grades curriculares. As variações constavam quase sempre de pequenos acréscimos de disciplinas voltadas aos aspectos de caráter regional. Com a nova LDB e o advento das Diretrizes Curriculares, desaparece a rigidez anterior, dando lugar a uma ampla liberdade às IES na constituição de seus currículos, na composição da carga horária das disciplinas e nas unidades de estudos a serem ministrados.

Além disso, estimulam a flexibilização curricular, de forma a atender interesses mais específicos; a implementação de atividades complementares; do trabalho de conclusão de curso e de estágios que devem representar 20% da carga horária total. Também, estimulam o ensino de conteúdos humanísticos, com o objetivo de formar os educandos para a vida e não simplesmente para o trabalho. A formação, que era fortemente tecnicista, passa a ter caráter humanístico.

É preciso que se relembre que, no caso da Farmácia, a aprovação das Diretrizes Curriculares foi antecedida de amplas consultas e aprofundadas discussões. As argumentações que marcaram os debates foram as mesmas levantadas nas reformas anteriores: um grupo propugnando a permanência da divisão curricular e outro, postulando a implantação de um currículo único, com enfoque “generalista”, capaz de garantir aos graduandos as conquistas corporativas alcançadas pela profissão. Como

este último ponto de vista veio a prevalecer, as Diretrizes Curriculares contemplaram essa opção.

Além das discussões inerentes à categoria, as Diretrizes Curriculares obedeceram às recomendações do próprio Conselho Nacional de Educação que, no Parecer nº 776/97, diz claramente que “devem incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições do exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa”.

Assim, através de uma formação básica sólida, o graduado estará preparado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional. Note-se que a recomendação estimula uma formação generalista, entendendo que o aprofundamento profissional deva-se dar a nível de pós-graduação.

Isto é justificado pela rapidez com que o conhecimento e as tecnologias evoluem, tornando impossível a elaboração de um currículo que contemple, em profundidade, todas as atividades que por lei o formando poderá exercer. Por outro lado, as instituições de ensino dificilmente teriam agilidade e recursos necessários para oferecerem um ensino contextualizado em todo o âmbito profissional.

Diante do exposto, entendemos que o currículo integrado, que leva à formação “generalista”, foi uma opção inteligente e prática, que permite aos cursos de graduação em Farmácia enfrentar as rápidas transformações do mundo científico e tecnológico.

Todavia, é necessário que as instituições mantenham-se “antenas” nessas mudanças e atualizem constantemente seus projetos pedagógicos, seguindo, com rigor, todas as orientações contidas no Parecer CNE nº 1.300/2001, e na Resolução CNE/CES nº 2/2002, que definem o perfil multiprofissional e multidisciplinar, e estabelecem as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão farmacêutica: atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, e educação permanente.

DO ESPECIALISTA AO GENERALISTA: OS DESAFIOS DA MUDANÇA

Decorrida aproximadamente uma década da definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Farmácia e a proposta da formação farmacêutica generalista, alguns colegas ainda questionam suas vantagens. Como ponto de partida para esta discussão, fazemos uma primeira pergunta: Quem deve definir se esta mudança foi vantajosa somos nós, farmacêuticos, ou a sociedade que recebe os nossos produtos e serviços?

Na prática, é a sociedade quem define o *status* de uma profissão. Se a profissão atende de maneira eficaz os seus anseios e suas necessidades, será valorizada; se atende parcialmente, receberá a valoração compatível. Deste modo, fazemos uma segunda pergunta: Quem está melhor preparado para atender às necessidades da sociedade: o farmacêutico especialista ou o generalista?

Para tentar responder este questionamento, vamos refletir sobre algumas situações profissionais hipotéticas.

- 1) Um usuário chega ao balcão de uma farmácia com uma receita de medicamentos para obesidade, hipercolesterolemia e hipertensão. Após a aquisição dos medicamentos, solicita que o farmacêutico lhe auxilie na interpretação dos resultados de seus exames. Este, por não ter cursado a área das análises clínicas, responde que não poderá auxiliá-lo.
- 2) Num hospital, durante uma discussão multiprofissional, um farmacêutico que atua nas análises clínicas é solicitado para ajudar a equipe médica na interpretação de alguns exames incompatíveis, sendo que há suspeita de reações adversas aos medicamentos. O farmacêutico se esquivava, por não se sentir seguro, devido a não ter tido formação suficiente para tal. São dois exemplos fictícios, mas que podem colaborar nesta discussão.

A sociedade espera que, ao buscar orientação na farmácia, com o farmacêutico, possa receber atenção especial no atendimento e obter informações sobre os medicamentos, ser auxiliada na interpretação dos resultados de seus exames clínicos

e que, também, possa receber esclarecimentos sobre os males que lhe afligem, assim como informações sobre boas práticas alimentares, dietoterapia e benefícios da prática de atividades físicas.

Enfim, que o farmacêutico atue de maneira integrada com outros profissionais no tratamento da doença, na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida. No segundo exemplo, a equipe multiprofissional espera do farmacêutico a sua devida contribuição em todos os temas associados ao medicamento e às suas influências sobre a fisiopatologia do usuário. Neste sentido, a formação generalista apresenta vantagens, pois permite ao farmacêutico compreender o paciente de maneira mais ampla e integrada.

Outros colegas, também, questionam como é possível a formação generalista integrar as áreas de alimentos, medicamentos e análises clínicas e toxicológicas. Quando avaliamos as matrizes curriculares de cursos de Farmácia, observamos que os conteúdos de ciências biológicas como morfologia, genética, bioquímica, fisiologia, patologia, são base para a compreensão das três áreas que compõem a formação generalista.

O ensino aplicado, integrado e contextualizado destes conteúdos, sem privilegiar esta ou aquela área de especialidade do docente, pode ser facilmente compreendido pelo estudante. Do mesmo modo, o ensino de química inorgânica e orgânica é aplicado na interação fármaco-receptor, na síntese química e biossíntese de fármacos, mas também nas reações dos kits reagentes em análises clínicas, na tecnologia dos alimentos, no metabolismo e no catabolismo do corpo, e em diversos outros exemplos.

A química, inorgânica ou orgânica, é naturalmente interdisciplinar dentro das ciências farmacêuticas. A química analítica - qualitativa, quantitativa ou instrumental - também, é básica para a compreensão dos doseamentos de medicamentos, das tecnologias em análises clínicas e toxicológicas e das técnicas de controle de qualidade de alimentos. Portanto, analisar e identificar substâncias são comuns a todas as áreas.

A microbiologia, também, insere-se nesse contexto. Os microrganismos de importância clí-





nica geralmente são os mesmos de importância na indústria de cosméticos, medicamentos, alimentícia e de kits reagentes. As técnicas de isolamento, cultivo, esterilização e biossegurança são equivalentes. A diferença, na maioria das vezes, está nos meios de cultura utilizados.

De maneira direta, as operações unitárias utilizadas em tecnologia de medicamentos possuem elevada paridade com aquelas utilizadas em tecnologia de cosméticos, fitoterápicos, alimentos e de kits reagentes em análises clínicas. As boas práticas de fabricação e os conceitos de gestão da qualidade também apresentam enorme similaridade.

Porém, ainda, há colegas que sugerem que o exercício profissional em alimentos, medicamentos e análises clínicas é independente e exige baixa integração das áreas. Para contestar esta proposição, podemos exemplificar com trabalho de assistência farmacêutica que exige do profissional um amplo conhecimento do medicamento, mas também o domínio da interpretação dos exames laboratoriais, dos interferentes dos medicamentos nos exames, da interação fármaco-nutriente, do estado nutricional do paciente, de seus distúrbios metabólicos etc.

Do mesmo modo, o profissional que atua em farmácia clínica e hospitalar deverá estar preparado para amplas discussões multiprofissionais envolvendo médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, gestores e outros. O mesmo se aplica ao farmacêutico que atua como analista clínico, toxicologista ou profissional de saúde pública e vigilância sanitária.

Na indústria farmacêutica, os testes clínicos, a

avaliação da biodisponibilidade, as interações fármaco-nutrientes, a determinação dos efeitos colaterais e as reações adversas exigem conhecimentos das diversas áreas. Cerca de 1/4 dos exames solicitados num hospital está relacionada com efeitos indesejáveis de medicamentos. Na indústria de alimentos, muitas preocupações também são comuns.

Portanto, a formação generalista prepara melhor o farmacêutico para atuar, de forma interdisciplinar e multiprofissional, atendendo, de maneira mais eficaz, às necessidades sociais. O grande desafio está na qualidade da formação.

Mas quais fatores interferem na qualidade da formação em Farmácia? Um primeiro grande fator interferente é a formação docente. Quase todos os docentes são graduados e pós-graduados em áreas específicas, sem a visão completa do profissional generalista. Também, a falta de propostas interdisciplinares nos currículos de graduação em Farmácia prejudica a construção de competências integradas, essenciais para a atuação plena do profissional generalista.

A forte cultura da formação tecnicista é um fator limitante, uma vez que o bom exercício de um profissional generalista exige também várias competências associadas a uma formação humanista, com crítica, reflexão, comunicação, pró-atividade, etc. Soma-se a isto o fato dos especialistas serem resistentes a mudanças.

A diferença fundamental está na forma em como são ministrados os conteúdos e no comprometimento docente e discente com o novo paradigma. Afinal, vivemos uma fase de transição.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Presença no 70º Congresso da FIP

Entre os dias 28/08 e 02/09, aconteceu, em Lisboa (Portugal), o 70th *International Congress of International Pharmaceutical Federation* (FIP). Estiveram presentes os professores Carlos Cecy e Geraldo Alécio representando a Abenfarbio. Ambos participaram da sessão de educação, onde foram discutidos temas como a formação para a farmácia clínica e a farmácia comunitária, serviços de informação sobre medicamentos, educação profissional continuada, integração teoria-prática e ensino-serviço, interdisciplinaridade, estratégias

para melhorar a formação profissional e tendências no ensino farmacêutico.

Durante o Congresso, foi apresentada a situação do ensino farmacêutico, em diversos países. Pode-se observar uma tendência mundial para o ensino na farmácia comunitária e farmácia clínica, com forte enfoque para atenção farmacêutica, reações adversas a medicamentos, gestão, liderança e formação em ciências sociais.

Apesar das particularidades de cada país, as diretrizes discutidas no Congresso da FIP exercem

uma forte influência no ensino de Farmácia mundial. O congresso foi uma excelente oportunidade para conhecer o ensino farmacêutico global, principalmente, o europeu e o norte-americano, além de permitir trocar informações com colegas que

atuam no ensino farmacêutico, em diversos países. Para a Abenfarbio, foi uma grande oportunidade de conhecer e poder trazer as experiências bem sucedidas no ensino farmacêutico, também, para nosso País.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE EM CAJAMARCA, PERU

Entre os dias 27 e 29 de maio, a Abenfarbio realizou a capacitação docente na Universidade de Antonio Guillermo Urrelo, na cidade de Cajamarca, Peru. Na ocasião, foram discutidos tópicos, como currículo integrado, interdisciplinaridade no ensino farmacêutico, bem como o

uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem. Os docentes responsáveis pela capacitação receberam o título de “Professores Distinguidos” daquela Universidade. Participaram do programa aproximadamente 60 docentes.

CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE FACULDADES DE FARMÁCIA (COIFFA)

Uma entidade internacional de Faculdades de Farmácia. A Conferência Ibero-Americana de Faculdades de Farmácia, COIFFA, é uma entidade sem fins lucrativos que congrega as instituições de ensino que oferecem cursos de Farmácia. Seu objetivo é a harmonização curricular e a consequente melhoria da qualidade do ensino.

Outra iniciativa da COIFFA é a realização bianual de uma Conferência Ibero-Americana

de Faculdades de Farmácia. Em 2011, será realizada, em Lisboa, de 19 a 23 de junho, juntamente com o IV Congresso Ibero-Americano de Ciências Farmacêuticas. Para 2013, a conferência será realizada, no Brasil, juntamente com o V Congresso Ibero-Americano de Ciências Farmacêuticas. A Abenfarbio está se filiando à COIFFA e convida as faculdades de Farmácia brasileiras para fazê-lo.

Requisitos para inscrição

A COIFFA, de acordo com seus Estatutos, considera que para haver uma adequada formação profissional farmacêutica, os cursos responsáveis devem reunir uma série de elementos que garantam a excelência acadêmica. Em vista disto, para admissão de novos membros, são exigidas as seguintes informações:

1. Apresentação do organograma da Universidade ou Faculdade, indicando os nomes dos dirigentes;
2. Apresentação dos planos e programas relativos à graduação e pós-graduação, inclusive o projeto pedagógico do curso;
3. Apresentação do programa de capacitação docente;
4. Relação do corpo docente, indicando o grau acadêmico e o campo de especialização de cada professor;
5. Descrição da infra-estrutura (laboratórios, bases de dados, biblioteca, informática, etc.), que sustentam os programas acadêmicos; e,
6. Descrição da capacidade financeira existente para a sustentação do curso.



PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

A Abenfarbio estruturou o Programa de Capacitação Docente em Educação Superior. Um dos componentes do Programa refere-se ao uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. A Abenfarbio dispõe-se a colaborar com os colegas que desejam ampliar seus conhecimentos, encaminhando até suas instituições professores de nossa equipe de assessoria pe-

dagógica, para levar e trocar experiências com quem assim desejar. As atividades previstas totalizam uma carga horária de 16 horas, realizadas, em dois dias, com possibilidade de alteração de acordo com a disponibilidade dos professores ministrantes e das necessidades das instituições interessadas. Maiores informações estão no site www.abenfarbio.org.br

PUBLICAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Metodologias ativas: possibilidades e vivências em educação farmacêutica

Esta publicação da equipe da Abenfarbio trouxe grandes benefícios para os colegas que atuam em educação farmacêutica na implantação da interdisciplinaridade e na introdução de metodologias de ensino-aprendizagem.

Este material tem sido elogiado por pedagogos e profissionais do ensino de diversas áreas, sendo um valioso instrumento para os colegas que pretendem melhorar e inovar no ensino de Farmácia.

PARTICIPAÇÃO EM CÂMARAS TÉCNICAS DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Uma grande conquista da categoria farmacêutica onde a Abenfarbio, também, se faz presente, por meio de representação nas seguintes câmaras técnicas: Câmara de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Especialidades Clínicas e Especialida-

des Cirúrgicas; Câmara de Saúde Mental e Câmara Saúde Animal. Entre as atribuições, estão avaliar e acreditar os programas de residência multiprofissional em saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, EM 2010

1. 04 e 05 de fevereiro capacitação docente em metodologias ativas, Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR.
2. Elaboração de manual – Metodologias Ativas: Possibilidades e Vivências em Educação Farmacêutica.
3. Realização do VI Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Farmácia, Brasília - DF.
4. Elaboração dos anais do VI Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Farmácia.
5. Reestruturação da página da Abenfarbio.
6. Organização e condução do Encontro Nacional de Professores de Análises Clínicas - 19 de maio no 37º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas – Tema: Construindo um currículo integrado em Análises Clínicas.
7. 27 a 29 de maio capacitação docente em metodologias ativas, Cajamarca – Peru.
8. 11 e 12 de junho – Encontro de Coordenadores e Professores dos Cursos de Farmácia do Estado da Paraíba (CRF - PA).
9. 24 a 26 de junho - capacitação docente em metodologias ativas, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente-SP.
10. 03/07/2010 - 7º Encontro de Professores Universitários – Semana Racine.
11. 08/08- Palestras Sobre interdisciplinaridade e currículo integrado – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
12. 29 de agosto a 03 de setembro participação no congresso da FIP, Lisboa.

13. Participação na Comissão Científica do 38º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas, Curitiba - PR.
14. Participação no Seminário Nacional da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde – MS, Brasília-DF – 19 a 21 de julho.
15. Participação em 03 Câmaras Técnicas da Residência Multiprofissional/MEC.
16. Participação no Seminário das Profissões da Saúde- Brasília, DF – 18 e 19 de agosto.
17. Palestra no Simpósio nas Faculdades Integradas INESUL, 23/08- Londrina.
18. Capacitação docente - 24 e 25 de setembro UFBA – Salvador.
19. Apoio e participação no 16º Congresso Paulista de Farmacêuticos – 18 a 21/09, São Paulo.
20. Palestra sobre o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem durante o Encontro Nacional de Professores de Química Farmacêutica, 30/09 a 02/10 – Recife.
21. Transferência oficial da ABENFARBIO de São Paulo para Brasília – DF.

NOVOS DESAFIOS

Organização da Vii Conferência Nacional de Educação Farmacêutica e Vii Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Farmácia

Mais uma vez, a Abenfarbio e o CFF colocam-se na vanguarda das discussões dos problemas da educação farmacêutica e formação profissional, considerando os aspectos científico, social e comunitário da Farmácia, preo-

cupando-se sobremaneira com o preparo dos egressos para a sua inserção no contexto social do país e para que se tornem profissionais sensíveis e atuantes nos problemas de saúde da sociedade.

PUBLICAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Qualidade em educação farmacêutica: possibilidades, experiências e vivências

Esta nova publicação apresentará conceitos gerais de qualidade e suas aplicações no ensino, especialmente no ensino superior na área farmacêutica. Discutirá a construção de uma cultura da qualidade institucional sensibilizando para a cria-

ção de um programa de melhoria contínua. Visa a orientar, subsidiar e auxiliar professores, coordenadores e gestores da área de ensino no planejamento, na organização, na avaliação e na melhoria da qualidade da educação farmacêutica.





JUNTE-SE À ABENFARBIO. A QUALIDADE DO ENSINO FARMACÊUTICO DEPENDE DE VOCÊ.



Prof. Carlos Cecy
Presidente



Prof. Geraldo Alcício de Oliveira
Vice-presidente



Profa. Eula Maria de Melo Barcelos Costa
Secretária Geral



Profa. Ilza Martha de Souza
Primeira Secretária



Prof. Hemerson Bertassoni Alves
Tesoureiro



Prof. Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos
Primeiro Tesoureiro



Prof. Fabrício Rios Santos
Conselho Fiscal



Prof. Wander Cairo Albermaz
Conselho Fiscal



Prof. Ocimar Antônio de Castro
Conselho Fiscal



Profa. Flávia Valladão Thiessen
Conselho Fiscal